

Epistemologia Travesti | Contrassaberes e Rebeldia Epistêmica

Transvestite Epistemology | Counter-knowledge and Epistemic Rebellion

Marcelo de Jesus de Oliveira¹

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
Ilhéus, Bahia, Brasil

Paulo Roberto Alves do Santos²

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
Feira de Santana, Bahia, Brasil

Resumo: O texto propõe tensionar os limites do sujeito universal da filosofia a partir dos contextos de exclusão sistemática de corpos dissidentes e de seus saberes, compreendidos aqui desde a travestilidade e o transfeminismo como chaves críticas. Ao mobilizar o estranhamento epistemológico a partir de termos abissais, evidencia-se a colonialidade do saber, revelando sua face arbitrária, violenta, determinista e excludente. Nesse sentido, o ensaio aposta na insurgência e na rebeldia dos saberes produzidos por mulheres travestis e transsexuais como enfrentamento ao transepistemicídio, afirmando tais produções como potência teórica e política capaz de reconfigurar os modos de produção e circulação do conhecimento nas sociedades pós-coloniais.

Palavras-chave: Transepistemicídio. Travestilidade. Transfeminismo. Colonialidade do saber.

Abstract: The text seeks to challenge the limits of the universal subject of philosophy from the contexts of systematic exclusion of dissident bodies and their knowledges, understood here through travestility and transfeminism as critical frameworks. By mobilizing epistemological estrangement from abyssal terms, it exposes the coloniality of knowledge, revealing its arbitrary, violent, deterministic, and exclusionary character. In this sense, the essay invests in the insurgency and rebellion of knowledges produced by travesti and transsexual women as a confrontation with trans-epistemicide, affirming such productions as a theoretical and political force capable of reconfiguring the modes of production and circulation of knowledge in postcolonial societies.

Keywords: Trans-epistemicide. Travestility. Transfeminism. Coloniality of knowledge.

¹ Doutorando em Letras: Linguagens e Representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Este texto reúne trechos parciais da tese em andamento produzida pelo primeiro autor e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). *E-mail:* pfmarcelopt@gmail.com.

² Professor Doutor do Curso de Letras da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da UEFS. Docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Líder do Grupo de Pesquisa Literatura, História e Cultura: Encruzilhadas Epistemológicas. (CNPq/UESC). *E-mail:* pauloroberto3031@uol.com.br.

Talvez seja produtivo desconfiar do estabelecido, do pensamento muito bem arranjado e absolutamente coerente, talvez se deva suspeitar das coisas e dos sujeitos demasiadamente respeitáveis e intocáveis. Talvez se deva estranhar, sempre.

Guacira Louro (2022, p. 5).

Este texto é, acima de qualquer coisa, um gesto de estranhamento daquilo que um dia se quis estável, expressamente inquestionável; bem comum de uma pequena – em número – e seleta população; gramatologia canônica das ordens sob as quais o mundo se constrói e pelas quais as violências se perpetram contra corpos alijados do processo de construção e gozo do que se intitulou como sendo epistemologia. Questionar a epistemologia, quer dizer, reduzi-la conscientemente à condição de estranha justamente pelo seu caráter bem arranjado e de sua pretendida posição demasiadamente respeitada, bem como convoca Guacira Lopes Louro (2022), demanda desautorizar métodos tradicionais de construção e acesso aos diferentes tipos de conhecimentos a operarem como únicos validados, assim como questionar a noção de verdade e o reposicionamento das posições de sujeitos que produzem, efetivamente, epistemologia, como quem deseja afastar toda herança colonial que fez dela mesma instrumento de guerra no contexto das sociedades pós-coloniais.

Igualmente interessado em uma conjuntura política e social dissemelhante da que se tem desde a Antiguidade no que confere à produção e validação de saberes, o semiólogo argentino Walter Mignolo (2007), ao esquadrihar a epistemologia euro-branca e seus efeitos degradantes em sociedades pós-coloniais, propõe um gesto de tensionamento aos conceitos e autores/as considerados universais, canônicos. Quer seja em Louro (2022), quer em Mignolo (2007), estranhar determinados/as autores/as e obras – e daí determinados discursos – significa não reduzir a pó as proposições teóricas-epistemológicas com as quais eles se consagraram como tais, mas, sim, a maneira como se desejam enquanto verdades absolutas e destituem de notoriedade, por consequência, outros métodos de produção, outros perfis e outras narrativas. Por isso mesmo, cristalizados como os senhores de tudo, pretensos possuidores naturais do poder-saber e da verdade (Foucault, 1988), dotados da capacidade onipresente e onisciente de tudo conhecer.

Interpelar em termos decoloniais a legitimidade discursiva e inabalável de Lacan, Foucault e Derrida e outros pensadores cujos discursos e ideias parecem ter alcançado uma estabilidade indestrutível, aponta o Mignolo (2008), de nada tem a ver com “deslegitimar as ideias críticas europeias ou as ideias pós-coloniais fundamentadas” (Mignolo, 2008, p. 288) a partir de suas construções teóricas. Segundo o teórico argentino, trata-se de compor um plano pretensioso e promissor de desobediência epistêmica anteriormente proposto por Aníbal Quijano (2005), com o qual, e somente a partir dele, será possível pensar em uma epistemologia desprendida de conceitos e ideias fincadas nas subjetividades eurocêntricas como únicas possíveis.

Insistimos na emergência de questões – embora retóricas – que nos parecem cruciais para o processo de desestabilizar a lógica de funcionamento da epistemologia estanque, determinista e violenta, cuja queda ensaiamos neste texto. É preciso que

saibamos, exatamente, o perfil – absolutamente hegemônico – de quem faz essa epistemologia. Daí, envolvem-se outras perguntas que funcionam como complementares (Como fazem? Por que fazem? O que dizem? O que pretendem com ela mesma?); adiante, é oportuno também questionar o que temem os pretensos “sujeitos universais”, esses autodeclarados detentores do saber. Aí, eclodem questões várias: o que podem os relegados? Que discursos ressoam da ambiência deles mesmos? Que risco os saberes por eles produzidos representam aos saberes dominantes?

Partimos daqui porque apostamos na máxima de que há, indiscutivelmente, um projeto político de poder – cuja atuação compreende um período secular – operando na interdição de falas não conformadas com as demandas estruturais e formativas do CISTema. Vozes que, por serem insurgentes e apresentarem contextos outros que não o da ordem canônica, são alijadas do processo de construção de epistemologias, impostas ao silenciamento e, portanto, ao epistemicídio (Carneiro, 2018) e ao transepistemicídio (Passos, 2022; York, 2020).

Nesse sentido, nosso interesse estende-se para além da crítica à epistemologia tradicional – construída, em grande parte, por múltiplas formas de violência e invisibilidades – e à sua forma excludente de produzir subjetividades e intelectualidades. O objetivo é, antes de tudo, uma tentativa de reposicionamento dos sujeitos no circuito da produção de conhecimento, de modo a difundir e valorizar produções epistemológicas de mulheres transexuais e travestis, em especial aquelas que ultrapassam os limites da produção acadêmica formal, como quem reconhece que o conhecimento não se constrói e tampouco se limita às extensões físicas ou materiais das universidades.

A rebeldia epistêmica enquanto projeto contra-hegemônico de mulheres travestis e transexuais se estabelece, sobretudo, como um vírus: ao infiltrar-se nas normas sob as quais se controla o poder-saber desde as rédeas hegemônicas, assume-se o desafio de desorientá-lo. Criam-se outros comandos; desautorizam-se os antigos. É aqui, portanto, que a possibilidade do discurso e a escuta ética aos que estão à margem se alastra a contragosto. Trata-se, então, de saberes forjados na insurgência e na desobediência dos que estão à margem, não desejando estar no centro, mas, antes, fazê-lo implodir. Assim, nossa aposta é a de que mulheres travestis e transexuais não somente retomam aos espaços de saberes – de onde sequer deveriam ser retiradas –, como se valem de métodos e territórios insurgentes para construção e difusão de uma nova epistemologia.

Não à toa, há, aqui, um esforço para que apresentemos o movimento transfeminista e outras práticas de aquilombamentos de mulheres transexuais e travestis no contexto da pós-modernidade como sendo instituições e/ou projetos biopolíticos capazes não somente de destituir a epistemologia euro-ocidental do pedestal a que foi posicionada, como também um espaço de produção de contraepistemologia, quer dizer, encarar as subjetividades transexuais e travestis também como potência política, cultural e epistemológica, de acordo com a travesti e educadora social Sara York (2020).

Encará-lo assim demanda a defesa desse espaço como sendo aquele que possibilita e autoriza a produção e a vinculação do discurso interessado na descentralização da cisgeneridade e da heterossexualidade – sobretudo branca – que, por tratar-se de uma tecnologia colonial, mantém a estrutura de poder e da dominação

funcionante, operando de modo a produzir enunciados a partir de uma experiência universalizante jamais alcançada. Essa pretensa universalidade não é capaz de outra coisa senão a produção, a intensificação e a inovação dos modos de violências contra todos os copos desobedientes às normas ou leis do gênero (Simawaka, 2019).

Considerar a colonialidade como estética e projeto de produção de um sujeito universal é imperioso ao que pretendemos, visto que a experiência da colonização provocou, nas sociedades pós-coloniais, cataclismos sociais de múltiplos efeitos, especialmente no contexto de uma dita modernidade que vê no sexo e no gênero estruturas basilares para a exploração e a manutenção do imperialismo forjado na hegemonia cis-branco-heterossexual (Mombaça, 2021). Como resposta, emergem formas de resistência ao capitalismo desenfreado – cujos impactos ameaçam a destruição do planeta e das estruturas sociais – e ganham centralidade os debates sobre gênero, desejo e poder, entendidos como eixos fundamentais do extrativismo e da lógica de exploração que sustentam a classe dominante

A socióloga e ativista María Lugones, em seu célebre artigo “Colonialidad y género” (2008), caracteriza a herança colonial como uma imposição de alcance destrutivo que afeta e degenera as relações sociais desde as questões de gênero, mas que não se limita a ela mesma. Para a autora, o poder colonial ganha fôlego, sobretudo, a partir das noções de raça e gênero – talvez inaugurando-as –, sendo ambas as categorias ferramentas pelas quais a exploração e a violência fizeram da colonização uma instituição cujas consequências são compreendidas em completude por via do pensamento interseccional (Lugones, 2014). Esse pensamento, portanto, também é o que ordena o mundo como nos é dado a conhecer na atualidade, estruturado a partir de ordens sociais que visam, acima de tudo, a perpetuação do sujeito universal no poder. Esse sujeito não só cria a epistemologia, mas também a controla, compreendendo-a como uma ferramenta política.

Conforme Aníbal Quijano (2005), um dos efeitos mais nocivos decorrentes do processo de colonização é a introdução de uma classificação universal de sujeito ancorada na ideia de raça, pois somente a partir daí se tornou possível pensar estratégias políticas de supremacia branca e, conseqüentemente, hierarquia de raças ou, em termos mais assertivos, de sujeitos dominadores e dominados. Criou-se, então, como quase imagem e semelhança de um deus, um sujeito masculino, heterossexual, cisgênero, branco, de alto poder aquisitivo e intelectual e do centro do globo geopolítico como sendo a referencialidade de sujeito que tudo pode, tudo vê, tudo faz. Nessa conjuntura, o homem europeu é, de tão poderoso, onisciente, onipresente e controlador da vida humana e de todas as suas dimensões e sentidos, cujas ações e atitudes jamais deverão ser questionadas. A desobediência à lei, tal como o sistema de controle social instaurado pelo Deus judaico-cristão, resulta em penas severas, privação de espaços e perda do status de sujeito e de direitos que ele prevê.

Esse sujeito, ainda, inaugura o pensamento binário, ao constituir uma relação de distância que assegura, a partir de uma hierarquia e do higienismo social, a sua superioridade (Lugones, 2014). Quer dizer, pressupõe haver um limite entre ele – normal, natural e sociável – e o outro – anormal, patológico e repudiável. O homem que tudo pode, projeto do maquinário colonial, impera como uma verdade absoluta e

inquestionável no sistema de gênero colonial: tudo que existe é seu, está sob o seu controle, pode ser por ele modificado.

Nesses termos, o homem branco se apresenta como superior a todas as demais raças e sexualidades. As mulheres, todas elas, são expressamente inferiores a todos os homens, incluindo os racializados. Essa condição de um todo colonial incorre no fato antes já postulado por Maria Lugones (2014), isto é, o “dimorfismo biológico, a dicotomia homem/mulher, a heterossexualidade e o patriarcado estão inscritos – com letras maiúsculas e hegemonicamente – no próprio significado de gênero”, e gênero, conseqüentemente, é logo capturado como ferramenta colonial de controle de corpos, subjetividades e saberes.

Por essa perspectiva, para o filósofo francês Michel Foucault (1996), em sociedades como as nossas – isto é, calcadas na herança colonial com a qual se sustenta a supremacia cis-branca-heterossexual – há a presença expressamente difundida de procedimentos de exclusão como controle de vida e produção de morte, que é atravessada por sistema complexo de poder, estando o gênero e o acesso ao sexo inteiramente envolvidos nesse atravessamento. Para o autor, em toda e qualquer sociedade, o discurso, ou melhor, a disputa por sua produção, é fortemente enviesada por uma matriz de poder que está interessada não somente na própria produção e veiculação, como na seleção e controle de quem pode enunciar, quando, como e onde determinado discurso poderá ser proliferado. Nesse contexto, portanto, a interdição é colocada como uma das mais violentas formas de silenciamento e redução da condição de sujeito a determinados grupos sociais, especialmente os reposicionados nas margens, aqueles dignos de toda e qualquer violência perpetrada pelo Estado e outras instâncias estruturantes das sociedades modernas.

Trata-se de uma cadeia cíclica que opera em normatividade disciplinar da hétero-cis-normatividade e mantém o controle da produção dos discursos sob o domínio de um perfil muito restrito e hegemônico desde tempos remotos de uma certa humanidade. De maneira conseqüente, como um de seus resultados mais nocivos, tem-se o reposicionamento e a autorização para que o eurocentrismo figure como única perspectiva válida e superior de produção de conhecimento. A soberania do pensamento europeu sobre os demais lhe confere, por conseqüência, a autoridade de definir, especialmente no campo onde estão as populações dominadas, o que pode ou não ser denominado conhecimento a partir de critérios estanques e inconsistentes (Quijano, 2005). Cabe tocar, no ensejo, que produzindo e controlando o discurso e a epistemologia é que se controla a economia, a ecologia, os saberes, os corpos e os desejos, colocando-os sempre como produto ou fonte de extração capitalista e intelectual pelo poder dominante (Campos; York, 2024).

Torna-se evidente, portanto, que em uma conjuntura na qual a produção de saberes a partir da discursividade, isto é, do discurso e dos efeitos que ele produz, é mantida secularmente por um perfil hegemônico que disputa a superioridade tanto quanto o próprio discurso, corpos concebidos como aberrantes estão expressamente impedidos do seu processo de produção. A mulher transsexual e/ou travesti – expressamente “patológicas” – já que sob a ótica da hétero-cisgeneridade não é um homem pela sua performance feminina, mas tampouco é uma mulher pelo membro que

constitui sua anatomia do nascimento, pode ser qualquer outra coisa e desejar outras ocupações que não as do campo do discurso, da epistemologia, da produção de narrativas sob as quais se ancoram e reinventam o mundo.

Assim, a colonialidade do saber, que lança mão do gênero e do sexo como engrenagem, como quem teme a eclosão do que poderia ser uma transepistemologia, tratou de perpetrar a interdição discursiva a corpos transexuais e travestis de tal modo que violência e ausência se mesclam viciosamente nos seios – ou no ânus – das sociedades lidas como modernas, resultando em processo sistêmico de esquecimento – e aqui esquecimento deve ser obrigatoriamente interpretado como arma política.

Nesse sentido, Viviane Simakawa (2019) assinala que a ausência de mulheres transexuais e/ou travestis em espaços físicos – escolas, universidades, movimentos culturais etc. –, também nos não físicos, – o amor, o afeto e o cuidado –, é resultado de uma arquitetura colonial executada pela sociedade cis-normativa que encara esses corpos como sendo invisíveis, descartáveis e ignorados, relegando-os à marginalidade social e à indigência.

Em a *Ordem do discurso* (1996), aula inaugural proferida no *Collège de France*, Michel Foucault (1996) insinua que há, quase como uma espécie de ansiedade da perda, de acordo com o psiquiatra francês Frantz Fanon (2008), um receio à democratização do discurso desde o poder dominante. É como se, do outro lado, no extremo daqueles sobre quem deliberadamente podem discursar, houvesse um monstro capaz não somente de tomar o que se disputa, como também de negar aquilo que foi produzido discursivamente a partir de uma guinada universalizante e padronizadora de tudo que pode haver. Como se enunciasse uma guerrilha, propositalmente Foucault interpela: “mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (Foucault, 1996, p. 8). Como quem brinca com o perigo, a rebeldia dos contrassaberes produzidos por travestis e transsexuais pretende se demorar exatamente onde causa insegurança no saber colonial, interessada em sua desestabilidade.

A questão nada ingênua levantada por Michel Foucault coloca em jogo uma realidade há tanto tempo posta, pela hegemonia dominante, na nebulosidade, como aquilo que jamais deve atingir qualquer notoriedade ou visibilidade pública. Isto é, no outro polo do discurso – aquele cuja enunciação é temida pelos grupos dominantes por carregar uma suposta periculosidade –, existe uma potência que ameaça desestabilizar o contrato de assujeitamento firmado unilateralmente. Tal potência confronta os mecanismos de silenciamento e invisibilização impostos de forma arbitrária contra corpos historicamente marginalizados. Esses corpos, frequentemente alvo do discurso de ódio – ferramenta recorrente do poder hegemônico –, não apenas foram empurrados para as margens, como também produziram formas próprias de saber. Essas formas podem ser compreendidas como uma contraepistemologia: um sistema de conhecimento insurgente, com capacidade de desestruturar as lógicas que sustentam o poder dominante (Benevides; Lee, 2018; Campos; York, 2024).

Com vistas à interdição desse discurso contraepistêmico, o poder colonial confeccionou ferramentas – ou, melhor dizendo, formas outras de produzir violências – para excluir do ciclo produtivo corpos não alinhados aos ideais da hegemonia branca,

masculinista, burguesa e heterossexual. Para Foucault (1996), a interdição discursiva é, no âmbito das sociedades pós-coloniais, em que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta” (1996, p. 10), a mais violenta e familiar forma de exclusão.

Em exercício desde a Idade Média, a interdição é, por consequência, o meio secular pela qual o poder dominante delibera, a partir das dualidades entre razão e loucura, quem deve ou não saber, quem deve ou não discursar. Quer dizer, é o estigma que funciona como elemento basilar do maquinário do poder colonial para manter a hegemonia dominante sob o domínio do discurso e, conseqüentemente, define o papel de produtores de saberes, além de alijar outros corpos, estigmatizados como impróprios, patológicos, sem lucidez. A professora travesti Sara York (2020) aponta que há, como consequência do processo de privação e violência perpetrada contra corpos de mulheres transexuais e travestis no Brasil, uma expressiva redução e apagamento político-ideológico dos saberes e dos conhecimentos produzidos por identidades transvestigêneres, o que passa a ser por ela denominado por trans-epistemicídio, referendando a morte consciente e arquitetada dessas produções.

A experiência de pessoas sexo-gênero-dissidentes no Brasil – mas não somente – é marcada por uma série de estereótipos apregoados pela hétero-cis-normatividade, que desejou pessoas sexo-gênero dissidentes como errantes, biologicamente anormais e socialmente aberrantes. As mulheres transexuais e travestis, contudo, arriscamos dizer, sofreram um processo de estigmatização social muito mais inflamado que qualquer outra identidade de gênero e que ainda reverbera nas convenções sociais da contemporaneidade, visto que não raramente “as travestilidades têm sido interpretadas pelo dispositivo heteronormativo como experiências desprovidas de humanidade” (Veras; Andreu, 2015, p. 42).

A partir da produção de uma imagem disfórica, o poder dominante logrou, por muito tempo, aquilo que desejou: a exclusão das mulheridades transexuais e travestis do processo de construção epistemológica por meio da interdição discursiva (Leal, 2021; Oliveira, 2020). Não ingenuamente, o discurso adotado pela heteronormatividade produziu, no campo da teoria – mas que se materializou nas práticas sociais – um corpo abjeto, desprovido de humanidade, questão a ser tratada no âmbito da saúde pública, escória de uma sociedade que venera os princípios morais da fé cristã.

Com a força do discurso médico, a transexualidade passa a ser encarada como patologia de natureza psiquiátrica desde os anos 1950, quando os manuais de medicina consideravam, iniciando aí uma série de estigmas contra esses corpos, o “transexualismo” como sendo um comprometimento das faculdades mentais que interfere na indefinição do próprio gênero de um indivíduo, isto é, dos disfóricos de gênero, como se estes não fossem social e discursivamente construídos (Jesus, 2014).

Sob a denominação de loucas – porque era assim que esses discursos tentavam cooptá-las –, mulheres transexuais e travestis foram violentamente excluídas dos espaços públicos e políticos. Consideradas sem consciência pelo poder dominante, e sob a égide de serem improdutivas e insuficientes, a esses corpos foram negados o acesso a bens e direitos, inclusive, os assegurados pelo documento de maior peso jurídico com o qual se rege este país – a Constituição Federal.

Conforme Jaqueline Gomes de Jesus (2014, p. 18), “a população transgênero está à margem dos processos sociais, excluída por discursos e práticas de ordem sexista, especificamente cis-sexista (que invisibilizam ou estigmatizam as pessoas trans)”. É justamente nesse processo de exclusão e marginalização social que se origina – e também se intensifica – o apagamento de saberes e conhecimentos produzidos por pessoas transexuais e travestis no Brasil, bem como a negação das possibilidades de produção de outros saberes que ainda poderiam emergir dessas existências.

Para Bruna Benevides e Débora Lee (2018), corpos transexuais e travestis vivem, no contexto das intuições de “ensino superior”, uma dualidade paradoxal, pois ao passo que despertam curiosidade científica – e, por isso, sobretudo no século XX, figuraram por muito tempo como objeto de pesquisa de muitos cientistas –, também experienciam uma onda violenta contra o que se produz desde sua subjetividade. Daí, o que as autoras advogam como sendo, também, a base do trans-epistemicídio:

O Trans-epistemicídio faz parte do contexto social de violências, genocídio e morte simbólica de Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans e demais pessoas Trans. E reflete a desvalorização, apagamento e extermínio dos saberes referenciais das pessoas trans, das suas narrativas e contribuições para a ciência. Pesquisadoras/es trans comumente são preteridos e seus trabalhos contestados pelos espaços acadêmicos. Além disso, há a dificuldade de poderem falar abertamente sobre aquilo que os representa, sentem e desejam, sem a interdição do poder da ciência (Benevides; Lee, 2018, p. 253).

Talvez por isto, de Platão a Kant, uma das maiores limitações da epistemologia euro-cis-branca, sem sombras de dúvidas, seja a crença inabalável de que: a) a produção do conhecimento deve ser tão somente concebida por um perfil hegemônico com presumida capacidade de discursividade sobre todo e qualquer fenômeno social; b) toda epistemologia, via de regra, somente pode ser construída desde espaços formais ou patenteados de educação ou produção de saberes devidamente autorizados pelos regimes de verdade do poder hegemônico. Essas duas formulações me parecem cruciais, antes já elaboradas por teóricas transexuais e travestis como Luma Andrade, Bruna Benevides, Sara York, Magg Rayara, Jota Mombaça e outras para se estranhar a estabilidade e eficiência dessa episteme que se vende como sendo a única possível e autorizada: trata-se (a) do fato de que há uma notável contraditoriedade na lógica de funcionamento dessa epistemologia que se desejou universal e que também foi traída por ela mesma, digo, a universalidade que sempre se apresentou inatingível.

A fixação por uma verdade absoluta sobre todas as coisas, desejos e corpos com a qual existe a epistemologia euro-branca-cisgênero criou para si e em si própria a ilusão de que é possível falar por e sobre tudo o que há no mundo sem que antes se considere as subjetividades e as complexas relações socialmente estabelecidas entre sujeito e sujeito, sujeito e o outro, o outro e o outro. Nessa armadilha, o homem branco, heterossexual, social e intelectualmente favorecido – isto é, a imagem semelhança do Deus-judaico-cristão – figura como sendo a fonte perene de competência e autoridade, cuja experiência e potencialidade de ditar verdades disciplinares o faz produzir conhecimentos e aplicá-los como se todos os sujeitos também o fossem.

Assim, entende-se que a formulação b – considerar exclusivamente os espaços e instituições formais como legítimos na produção epistemológica – revela não apenas uma estratégia de preservação do saber como propriedade do homem cis, branco e burguês, mas também um risco. Isso porque essa epistemologia cis-eurocentrada, embora ainda exerça poder, é marcada por feridas: fere os corpos e saberes que exclui, mas também se fragiliza ao se sustentar sobre alicerces de violência e exclusão que, a longo prazo, comprometem sua própria legitimidade.

Quero dizer que, outra vez, a epistemologia dominante, ao projetar violência sobre o outro – aquele cujo discurso é temerário –, atinge inevitável e contundentemente a si mesma, isto porque interditar a produção de saberes interculturais e múltiplos, em espaços diversos em que despontam subjetividades plurais, favorece a produção de inverdades, acresce a violência e amplifica as injustiças no campo dessa epistemologia. Além disso, a mantém dentro de um enquadramento epistêmico limitado que sequer se mostra capaz de teorizar sobre e a partir de outras verdades, outros corpos, outras experiências e saberes destoantes do perfil dominante, fazendo dela um cabedal de teoria monocular, ineficaz e inconsistente, sobretudo mediante a pluralidade que mantém o mundo atual.

Desobedientes por opção política e por estratégia de sobrevivência, corpos aberrantes, especialmente corpos travestis e transexuais, estranham e desestabilizam essa epistemologia com a proposição de novas chaves de leituras, novos métodos de construção epistemológica e a validação de espaços diversos não somente para produção de discursos contra-hegemônicos, como também para sua circulação. As travestis e transexuais, antes expulsas do processo de construção do conhecimento via método científico – que também deve ser questionado – a duras penas e pela porosidade da estrutura cis-hetero-patriarcal instaurada nas instituições, ingressam nas universidades públicas. A partir desse espaço, há um esforço para borrar os desserviços perpetrados contra elas, ao mesmo tempo em que se insinuam novos métodos de produção científica e formas de saber.

A epistemologia travesti, em sua radicalidade, não busca o fim imediato da violência – tampouco é ingênua a ponto de crer que poderia salvar o mundo dela mesma. Ao contrário, o que propõe é sua redistribuição: não como vingança vazia, mas como gesto político de resistência. Ao denunciá-la, mulheres travestis e transexuais se autodeclararam capazes de devolvê-la, reconfigurá-la ou reencená-la, convertendo o sofrimento em estratégia, o trauma em insubmissão e o corpo em território de justiça (Mombaça, 2021).

Importante não esquecer que, muito antes do acesso às instituições de ensino superior, tais identidades já propunham contrateorias em outros campos que não a academia, estiveram nas ruas, nas artes, na cultura, resistindo e fabulando teorias e saberes impossíveis para a epistemologia euro-cis-branca. Por isso, pensar uma trans-epistemologia é pensar uma produção que, a contragosto e conscientemente, se vale do conhecimento científico nunca pensado para o gozo da população travestis e transsexual – basta olharmos para os números escassos desses corpos nas universidades públicas, com títulos de mestras ou doutoras –, mas que, de modo algum, pretende se demorar nele ou encará-lo como único meio de produção e vinculação de saberes.

As travestis, também como uma espécie de desobediência epistêmica, tomam o discurso científico e se apropriam dele não somente para destituir de notoriedade uma série de inverdades ditadas pelo poder dominante sobre seus próprios corpos, suas vivências e experiências. É, ainda, uma estratégia para apontar outros meios, outros saberes, outras experiências sexo-dissidentes, a um só tempo políticas e epistemológicas.

A ideia de epistemologia construída a partir de produções de mulheres transexuais e/ou travestis em movimentos aquilombados é considerável e deve ser adotada por outras áreas e figuras que se valem dos regimes de verdade e dos saberes para representar e/ou fabular este e outros mundos. Nesses termos, provoca cisões na “visão de mundo mecanicista e determinista; a confiança absoluta na racionalidade linear e objetiva; a certeza – evidentemente falha – de ter domínio, controle e previsão sobre cada aspecto da natureza e da sociedade, através do conhecimento científico e tecnológico” (Giannella, 2015, p. 341). Trata-se de um funcionamento típico da epistemologia dominante, que organiza o mundo a partir de polos absolutamente dicotômicos, nos quais apenas um é autorizado a produzir conhecimentos considerados válidos. Essa lógica, além de nociva e ultrapassada, revela-se socialmente limitante e excludente.

O que se afirma é uma epistemologia arruaceira, um gesto constante de traição ao *cistema* (Simakawa, 2015), pois assim como não se espera subversão de uma mulher cis, tampouco se esperaria da produção teórica de mulheres transexuais e travestis, marcadas por estigmas múltiplos. É um trabalho que se constrói a contragosto, em revolta – uma força resistente que responde às investidas da opressão – e, justamente por isso, promissora. A urgência da trans-epistemologia reside, pois, entre outros aspectos, no fato de não se restringir à objetividade, à neutralidade ou à estabilidade do sentido. Ao contrário: ela se afirma na dúvida, na multiplicidade interpretativa, no pensamento que escapa à clausura. Em vez de buscar uma clareza que silencia, ela insiste em dividir, tensionar e reabrir o pensamento.

Não por outra coisa, pensamos que a epistemologia travesti é imprescindível para as sociedades atuais, porque desfaz, acima de tudo, o monopólio do poder dominante e amplia as possibilidades de intelectualidades, acrescentando e acentuando inteligências transexuais e travestis no círculo de produção cultural, científica, popular e política e propõe a construção de “novas formas de relações políticas com a academia brasileira” (Benevides; Lee, 2018, p. 253). Teóricas como Clarisse Mack da Silva Campos e Sara Wagner York (2024), no texto *A travestilidade como potência epistemológica: rompendo os grilhões do trans-epistemicídio*, por elas também concebido como pesquisa-manifesto³, têm apresentado o movimento transfeminista como sendo, antes de qualquer coisa, um contralugar de insurgência travesti convidativo para a produção e veiculação de contraepistemologias.

Para as autoras, encarar o transfeminismo como potência epistemológica – que demanda um esforço para entender que toda epistemologia é política porque é

³ Trata-se de uma espécie disruptiva de produção científica que nega a objetividade, a neutralidade e omissão do “eu” próprio do saber positivista e se ancora em experiência próxima das/os autoras/es para repensar a realidade que os circundam desde suas subjetividades e modo de perceber o mundo.

inevitavelmente intencional e, por isso, um projeto sistemático de disputas – é automaticamente percebê-lo como um espaço de teorias que se posicionam contra as “verdades” que se desenham como irretocáveis, produzidas pela cisnormatividade, regime este que se “manifesta como uma estrutura colonial de assujeitamento das corporalidades inconformes, ou seja, àquelas pessoas que não estejam dentro da normatização cisgênera é dada a única opção da zona do não ser” (Campos; York, 2024, s/p).

Nesses termos, o transfeminismo enquanto potência epistêmica, isto é, “movimento intelectual e político contemporâneo” (Jesus, 2014, p. 19), nem de longe pode ser compreendido como uma produção científica-teórica encerrada em si mesma, como é a epistemologia cis-euro-branca. A transfeminista Leticia Nascimento (2021) lembra, a propósito, que esse movimento não é outra coisa que não o campo onde se faz possível o confronto com o poder disciplinar da cis-norma, a partir de práticas políticas e de proposições teóricas.

Por isso, vale reforçar que, embora tenha emergido no circuito acadêmico, a partir da atuação diversa em espaços múltiplos e versando sob diferentes linguagens, o transfeminismo se disseminou nos movimentos sociais, culturais e políticos, formulando “estratégia discursivas críticas ao imaginário social ligado à noção de uma separação morfológica rígida e imutável entre sexo e gênero”, amplificando as agências e possibilitando a veiculação de narrativas transexuais e travestis em diferentes espaços sociais (Jesus, 2014, p 18).

Assim, propomos pensar que mulheres transexuais e travestis se apoderaram da legitimidade do status de intelectuais – antes posse exclusiva do homem branco, cisgênero e heterossexual – que se amplifica com o advento do movimento transfeminista, para fabularem mundos e realidades diversas a partir de suas expertises e em ambientes vários. A rua, por exemplo, antes somente receptáculo de corpos e subjetividades desconformes de gênero e sexualidade abandonados pela família e pelo Estado, passam a ser o espaço favorável para produções epistemológicas e de narrativas posicionadas contra a colonialidade do gênero e a transfobia a partir de aquilombamentos transculturais.

A presença de mulheres transexuais e travestis em espaços de construção de saberes insurgentes, bem como em outros espaços de aquilombamento cultural e político ocupados por pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, evidencia a relação entre teoria e prática no transfeminismo. Além disso, demonstra sua aplicabilidade como um movimento que, simultaneamente, desestabiliza uma epistemologia hegemônica que, historicamente, captura corpos transexuais e travestis em um espaço de violência, injustiça física e ontológica, ódio e abjeção.

Ao mesmo tempo, o transfeminismo propõe uma nova epistemologia, que não se pretende universal, essencialista ou uma solução definitiva para os problemas sociais que afetam o mundo (Campos; York, 2024). Trata-se de uma construção teórica e prática diversa, que amplia as possibilidades de existência das mulheridades no interior do próprio movimento. Dessa forma, contribui para a produção de novas chaves de leitura da realidade que as circunda, consolidando-se como um movimento político e epistemológico de grande potência.

Este texto, portanto, reconhecendo na epistemologia euro-branca os grilhões que determinam o seu próprio fracasso, se aventura na fenda entreaberta pelos saberes transsexuais e travestis como quem aposta na trans-epistemologia enquanto alternativa às posições deterministas, positivistas e estanques a que se afinçou a epistemologia que pensa o sujeito universal da filosofia. Reforça e insiste nas pedagogias dos corpos travestis e transsexuais – esses que antes de tudo são pedagógicos – como rota para o estranhamento e, conseqüentemente, a queda dos saberes que excluem e produzem violências contra corpos abjetos.

Quer dizer, não se trata de excluir o que foi construído desde uma epistemologia afinçada na Europa como centro cultural do mundo e na heterossexualidade cisgênera como único modo de subjetivação possível, mas desestabilizá-las de seu status absurdamente estável e inquestionável, constituindo um espaço de construção e veiculação de conhecimento desde uma mirada *queer/cuir*, a fim de patentear saberes localizados, arredios, insurgentes, desobedientes, que escapam e desobedecem às normas, bem como seus respectivos métodos de produção.

Assim, o que busca uma epistemologia travesti não é sacralizar a produção de saberes como delas próprias, exclusiva e imutável. Mas estender a produção de saberes a corpos historicamente perseguidos e que tiveram, portanto, alijados do processo de pensar. Daí, unem-se, como em comboio que pretende a queda da epistemologia euro-branca e a validação de seus saberes: travestis, transsexuais, pessoas não binárias, macumbeiros, terceiro-mundistas, pretos, hermafroditas, prostitutas e outros tantos corpos abjetificados. Quer dizer, o que quer a epistemologia travesti, portanto, é estilhaçar a ordem e o poder hegemônico, tirá-lo do conforto em que se está desde que se autoproclamou sendo a bússola do mundo. Por isso, nossa aposta de tratar-se de uma epistemologia que trabalha desde a produção de contrassaberes e contranarrativas no enfrentamento ao imperialismo, ao colonialismo e a todos os demais caos que deles eclodem. É uma aposta na potência e na rebeldia dos saberes transsexuais e travestis.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Clarisse Mack da Silva; YORK, Sara. A travestilidade como potência epistemológica: rompendo os grilhões do transepistemicídio. Notícias. *Revista Docência e Cibercultura*, jan. 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/announcement/view/1753>. Acesso em: jul. 2025.

BENEVIDES, Bruna; LEE, Débora. Por uma Epistemologia das Resistências: Apresentando Saberes de Travestis, Transexuais e Demais Pessoas Trans. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, v. 9, n. 2, p. 252-255, 2018. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/12858/pdf_12. Acesso em: ago. 2025.

CARNEIRO, Sueli. *Intelectualidades Negras Brasileiras*. São Paulo: Mostrada, 2018.

FANON, Frantz. *Pele Negra Máscaras Brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Graal, 1988.
- GIANNELLA, Valéria. Epistemologue? Epistemologia para não filósofos, guiando a ação para o tempo que vem. *Revista Terceiro Incluído*, v. 5, n. 1, p. 339-354, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teri/article/view/36362>. Acesso em: jun. 2025.
- JESUS, Jaqueline. *Transfeminismo: teorias & práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.
- LEAL, abigail Campos. *Ex/orbitâncias: os caminhos da deserção de gênero*. São Paulo: Glac Edições, 2021.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v 22, n. 3, p. 935-952, 2014.
- LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula rasa*, n. 9, p. 73-102, 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em: jun. 2025.
- MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 34, n. 1, p. 287-324, 2008.
- MOMBAÇA, Jota. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
- NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- PASSOS, Maria Clara Araújo. *Pedagogia das Travestilidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- SIMAKAWA, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade). 244 f. 2015. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- SIMAKAWA, Viviane. Por traições contra o sistema. In: COLLING, L; Nogueira, G. *Crônicas do CUS: Cultura, sexo e gênero*. Salvador: Devires, 2019.
- VERAS, Elias; ANDREU, Oscar. A invenção do estigma travesti no Brasil (1970-1980). *História, histórias*, v. 3, n. 5, p. 39-52, 2015.
- YORK, Sara. *TLA, VOCÊ É HOMEM? Trans na/da educação: des(a)fiando e ocupando os “sistemas” de pós-graduação*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, 2020.